

Daí, qual é o centro de gravidade da descoberta freudiana, qual é sua filosofia? Não que Freud tenha feito filosofia, ele sempre negou que fosse filósofo. Mas pôr uma questão já é sê-lo, mesmo se não se sabe que ela está sendo posta. Portanto, Freud, o filósofo, que ensina ele? Para deixar em sua proporção, em seu lugar, as verdades positivas que ele nos ensinou, não esqueçamos que sua inspiração é fundamentalmente pessimista. Ele nega qualquer tendência ao progresso. Ele é fundamentalmente anti-humanista, na medida em que há no humanista esse romantismo que gostaria de fazer do espírito a flor da vida. Freud deve ser situado numa tradição realista e trágica, o que explica que é à sua luz que podemos hoje compreender e ler os trágicos gregos.

Jacques Lacan (1955–6b | 1988: 276)

PARA INVESTIGAR A RELAÇÃO ENTRE A PSICANÁLISE E A TRAGÉDIA, parto da ideia de que a difícil apreensão da ética psicanalítica, no que concerne tanto às formulações teóricas quanto às intervenções clínicas, encontra na estética do trágico elementos fundamentais que nos mostram onde essa ética tem suas raízes. Eis o que quero apresentar neste trabalho.

O homem tem sempre uma relação problemática com a sua ação. Não apenas nunca sabe se ela é verdadeiramente correta, como também vacila quanto a seu ou seus objetivos. Com facilidade, desconfiamos do que fazemos de nossas vidas. Temos frequentemente certa impressão de que poderíamos fazer melhor ou de forma mais feliz, o que nos faz deslizar, de maneira irrefletida, rumo à posição muito íntima de suplicantes. Isso porque estamos sempre em defasagem em relação à quota de gozo que acreditamos pertencermos, sem que saibamos como agir para obtê-la.

Sigmund Freud, tocado por essa problemática da ação humana e levando em conta a insistência do mal-estar na vida, formula sua teoria da pulsão de morte em *Além do princípio de prazer* (1920). A partir de então, esta pulsão e a pulsão de vida compõem em sua obra a dualidade de forças que disputam a regência do psiquismo. Enquanto a pulsão de vida faz apelo ao universo das identificações, da representação, da ordem do prazer, a pulsão de morte subverte as coisas e se endereça ao universo da separação, da ruptura, da destruição.

Jacques Lacan aborda as implicações da pulsão de morte para enfatizar nelas não uma forma de maldade humana original, que impeliria à destruição, e sim a dimensão de intervenção de um campo situado além do que se pode apreender pela representação. Visa ao vazio em torno do qual a representação se constitui, para nele assinalar a fonte do caráter de insatisfação presente na demanda do sujeito. Na clínica psicanalítica, tal demanda se expressa como demanda de amor, a qual, por articular-se em linguagem, sofre de uma limitação para assimilar a dimensão do mais além visada pela pulsão de morte. É por esse viés que tentarei mostrar que a tragédia, em especial na contemporaneidade, traz à luz *a face oculta do amor*.

Como buscarei explicitar, o vazio a que me referi ou esse Nada, se assim se preferir designá-lo, não tem em psicanálise a mesma condição que possui na filosofia existencialista, na qual é designado sob a forma de negatividade ou de nadificação do Ser na existência (Sartre, 1943: 57). A esse respeito, Lacan afirma: “O nome que damos a isso é *menos phi* ($-\phi$). É o que Freud apontou como sendo o essencial da marca no homem de sua relação com o *logos*, isto é, a castração, aqui efetivamente assumida no plano imaginário” (Lacan, 1958–9b | 2016: 374). O “ $-\phi$ ”, portanto, esse signo que indica um *a menos* em relação ao falo, esse ponto de incidência da negatividade, não é uma nadificação que o sujeito humano introduz no real, que é sempre pleno porque é o que é. Ele antes designa o essencial da marca sobre o homem do que ele pode apreender de sua relação ao *logos*.

Neste prólogo, tento esclarecer a razão pela qual a psicanálise aborda as coisas dessa maneira e como as tragédias, em particular a de Édipo, servem de certa forma para explicitar os elementos estruturais que sustentam a psicanálise como uma teoria que traz importantes reflexões acerca da condição humana.

A princípio, tecerei algumas considerações que põem em relevo a dimensão trágica da vida humana, à luz da ótica da psicanálise. Em seguida, apresentarei um panorama de autores que abordaram o tema do trágico, para então situar minha proposta de aproximação entre a psicanálise e a tragédia com base nos elementos estruturais desses dois campos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÓGICA E O ABSURDO

A observação de Freud que indica a psicanálise como a terceira ferida imposta ao narcisismo da humanidade é bem conhecida. Ela destrói, com a proposição de um funcionamento psíquico inconsciente, o privilégio da consciência como centro do psiquismo, reunindo-se a duas outras feridas que a precederam: a descoberta de Copérnico de que a Terra não é o centro do universo e a proposta de Darwin de que nós e os outros animais descendemos de um ancestral em comum.

Contra a ideia de um mundo inteiramente ordenado pela consciência, em que ela seria responsável pelo funcionamento psíquico, Freud se volta para fenômenos estranhos a tal ordenação: manifestações históricas, sonhos, fantasias, atos falhos e chistes e seus efeitos de humor. Embora haja no senso comum a tendência de pensar o inconsciente como lugar do caos, da ausência de sentido, do absurdo, impulsionando os seres humanos à perda de limites, a um perigoso desvio para um caminho onde se deve fazer tudo o que vem à cabeça, a posição freudiana não corresponde a isso.

Se é verdade que a psicanálise traz um elemento de pestilência – Freud, antes de proferir suas conferências nos Estados Unidos em 1909, em face do entusiasmo dos americanos com a psicanálise, disse a Jung que estes não sabiam que lhes trazia a peste –, não se trata da convocação ao caos, nem de uma liberação qualquer. A peste freudiana advém principalmente da ideia de um psiquismo dividido por duas instâncias diferenciadas e autônomas, o consciente e o inconsciente, e da introdução de um corte no seio do que nela se chama de sujeito. Curiosamente, Descartes, sem sabê-lo, exibiu essa divisão ao partir de seu movimento de duvidar de tudo, antes de dele sair pelo argumento de que se tinha dúvidas, isso era sinal de que pensava, e chegar a esta conclusão que lhe pareceu indubitável: “Penso, logo existo” (Descartes, 1637a: quarta parte) – existência concebida como substância na qual, todavia, não há mais espaço para divisões.

No artigo “O inconsciente” (1915), Freud afirma que sua hipótese do inconsciente é necessária e legítima. Necessária, diz ele, devido ao fato de os dados da consciência serem incompletos, deixarem de fora diversos eventos psíquicos a que não se tem acesso pela via da consciência. E legítima porque sua postulação tem como base o que nos serve para deduzir a existência da consciência nos outros. Com efeito, ele argumenta, não temos uma experiência direta da consciência dos outros, tal como temos da nossa. A consciência dos outros é apreendida por deduções e por analogias, em que nos valem de atos e de manifestações perceptíveis para compreender a razão de

suas condutas. E propõe aplicar o mesmo procedimento em relação aos nossos próprios atos e manifestações a que negamos reconhecimento psíquico. Ao serem tidos como se pertencessem a uma outra pessoa, pode-se deduzir a vida psíquica que lhes corresponde.

A abordagem de Freud, assim, sugere o reconhecimento de um outro em nós que habita ativamente uma zona negada e desconhecida, decorrendo dela a fórmula lacaniana que postula o inconsciente como discurso do Outro. Trata-se aqui não de uma segunda consciência, e sim de um psiquismo inconsciente independente, dotado de características inteiramente diferentes das (e mesmo opostas às) qualidades que reconhecemos em nossa consciência.

As montagens pulsionais do desejo constituem o fundamento do sistema psíquico inconsciente. Essas montagens pulsionais sempre aspiram a exprimir-se e coexistem nesse sistema sem nenhuma contradição relacionada à ação de forças opostas; por exemplo, a ação do ódio e a do amor. No inconsciente, não há negação, nem dúvida ou questionamento quanto à certeza. Um ato falho ou um sonho apresenta o que tem de apresentar. Todo questionamento a respeito de um ou de outro advém da consciência, pois no inconsciente só há afirmação. Seu funcionamento é caracterizado pelo que se chama de processo psíquico primário, em que a associação de ideias é feita quer por deslocamento da carga libidinal de uma ideia em direção a outra, quer por condensação, com o acúmulo da carga de várias ideias em apenas uma. Além disso, no inconsciente, o registro cronológico do tempo não é determinante: a realidade cronológica dá vez à realidade psíquica, que se serve de um outro registro. Adiante, abordarei isso mais detalhadamente.

Muitas coisas mudaram na teoria e na clínica psicanalíticas desde essas proposições de 1915. Até então, Freud não havia formulado a teoria da pulsão de morte, ainda que nelas já estivessem fincados os pilares de tudo o que seria construído em seguida para melhor delimitar o campo da psicanálise.

De todo modo, o que quero salientar neste momento é que, desde a sua origem, a hipótese do inconsciente não indica uma falta absoluta de referências, nem é outro nome para o Nada da existência. Tampouco se refere a uma instância submissa à intencionalidade da consciência. Na obra de Freud e, como já vimos, também na obra de Lacan, o psiquismo aparece no lugar da falta de sentido sobre a qual a existência repousa; manifesta-se como nascido fundamentalmente da irrupção do desejo articulado a essa falta. Tal desejo, ainda que não tenha um sentido que se possa esgotar, salvo com a morte, possui articulações bastante precisas. Suas composições podem ser encontradas no romance particular da vida de todos nós, por intermédio do que dele aparece nas ditas relações de objeto – relações sustentadas por fantasias que

compõem a trama que oculta e, ao mesmo tempo, desvela o desejo em cada existência singular.

Em “O Seminário, livro 14: a lógica da fantasia” (1966–7), Lacan aborda o sujeito desejante como o resultado da operação de divisão efetuada pelo que chama de objeto *a*, indicando desse modo a perda irremediável em torno da qual o desejo gira. Segundo ele, o desejo se constitui em relação a um suposto objeto que, embora perdido, ainda assim deixou traços, pistas. Tal objeto convertido em objeto *a* se presentifica em determinadas coisas com o caráter de serem perdíveis, destacáveis do corpo – o olhar, a voz, o seio e as fezes –, porém as possibilidades de ser representado por objetos obturadores imaginários, que compõem o campo de sedução para o sujeito, são vastas. Ele serve para sustentar a relação do sujeito ao que este não é, a saber, a plena turgência vital, o falo.

De acordo com essa perspectiva de delimitação, a psicanálise designa o falo como a referência fundamental do sentido do desejo porque ele tem o privilégio de articular a relação do sujeito a um objeto que, na condição de impossível, desempenha a função paradoxal de ser referência de encarnação e de desvanecimento. No universo dos símbolos venerados em diversas religiões, atribui-se a ele o poder gerador, “fundamento de tudo o que está vivo” (Chevalier & Gheerbrant, 1969 | 2020: 479), vale dizer, a plena turgência vital que “daria” consistência à falta a ser do sujeito. O falo, como termo de equilíbrio entre o homem e a ordem do mundo, coloca-se então como a unidade de medida do que não é mensurável, o próprio valor do sujeito que se encontra no evanescer de seu desejo, havendo nisso uma conexão entre a indeterminação absoluta e a determinação precisa, ou seja, mais um paradoxo que permeia a trama do que este texto busca articular.

Já no artigo “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, de 1957, Lacan pretendeu mostrar que, para além da palavra que entra em jogo na convocação à associação livre feita em análise, toda a estrutura da linguagem se descobre no inconsciente. O sujeito falante é tomado pela cadeia associativa que desliza pelos significantes, enviando-o outra vez à significação sempre adiada. Logo, a ideia de que o inconsciente equivale apenas ao lugar dos instintos se revela absolutamente distante do que se desenvolveu na experiência psicanalítica.

A “linguagem, com sua estrutura, preexiste à entrada de cada sujeito num momento de seu desenvolvimento mental” (Lacan, 1957 | 1998: 498). O sujeito, antes de servir-se da linguagem, é engajado por um discurso que o atravessa e de onde ele toma até seu nome próprio; antes de falar, o sujeito é falado. Pode-se dizer, assim, que Lacan então retoma, de maneira literal, a “cura pela fala” proposta pela famosa paciente inaugural da psicanálise, a senhorita Anna O.,

a fim de extrair todas as consequências decorrentes da relação do sujeito à linguagem. No desenvolvimento de sua obra, todavia, enfatiza cada vez mais a dimensão do gozo aí implicada: indica a existência de um gozo ligado à linguagem, dependente do universo de representações, e de um gozo fora da linguagem. Eu diria que, malgrado o privilégio adquirido pelo sentido, por meio da ênfase posta na relação do sujeito com a palavra e a linguagem desde a inauguração da modernidade (Julien, 1995: 216), a psicanálise permite que se verifique, de modo claro, que se goza não apenas com o sentido, mas também com a ausência de sentido.

Nesses termos, ao refletir sobre a estrutura e as redes de relações que constituem o gozo, Lacan evidencia a intervenção fundamental da questão econômica implicada nesse contexto. Entre o gozo do sentido e o do não sentido, na querela entre o saber e o amor, o sujeito estabelece posições de maneira a efetuar seus investimentos com a melhor regulação de sua economia psíquica. Usarei bastante essa perspectiva na conclusão do livro. Por ora, importa enfatizar que sempre estamos em face da questão de que o sujeito de que se trata em psicanálise não é o da solução cartesiana, ou seja, aquele que coincide com o seu pensar, no qual encontraria a confirmação de seu ser.

O sujeito psicanalítico é um sujeito que não pode apreender seu ser porque este está sempre alhures, vale dizer, para além de toda realização subjetiva possível, no real intangível. Mas se esse ser que abrigaria a verdade do inconsciente é inacessível, isso não o impede de provocar efeitos que se impõem ao sujeito pela experiência do desejo. Tal desejo é tramado na rede de sua fantasia fundamental, na qual a relação ao falo tem sua função constituinte diante do enigma “Quem sou eu?”

Tecendo tais considerações, quero indicar que tomar a posição de não rejeitar, nem recalcar, mas sim levar em conta a falta a ser do humano tem desdobramentos radicais para o pensamento sobre a ética. Com o deslocamento do ser da razão consciente, Lacan opõe, na perspectiva da ação humana, o que se apresenta como *ideal* e o que se apresenta como *real*. De acordo com ele, o real é indicado por uma dimensão trágica, no sentido de uma referência que não assegura nada, que não conduz a nenhuma garantia, haja vista não ser controlável.

Além disso, assinala que a ética da psicanálise não propõe nenhuma queda absoluta de valores ou apologia do absurdo. Trata-se, pois, não de uma suspensão da ética, mas da indicação de que nossas ações se inserem numa dimensão trágica, e que é nessa dimensão que somos convocados a orientar-nos em relação aos valores (Lacan, 1959–60b | 2008: 366). A dimensão trágica se enraíza no psiquismo, no impasse que preside a ação do homem. Tal ação,

sempre contaminada pelo desejo inconsciente inesgotável, ultrapassa as vontades da consciência, e esse desejo está situado aí justamente sobre o ponto de junção entre a vida e a morte, com todas as implicações decorrentes do amálgama delas.

A referência ao trágico, a despeito da pluralidade de sentidos que lhe são atribuídos, indica um ultrapassamento dos limites do normal (Leski, 1938 | 1990: 27). Na arte trágica, porém, esse ultrapassamento, essa *húbris*, não se dá ao acaso. Aristóteles, em sua *Poética*, tentou delimitar os fundamentos da tragédia. Depois dele, escreveu-se imensa literatura a esse respeito. Não pretendo explorá-la exaustivamente, mas darei algumas indicações por meio de uma breve listagem de autores interessados no tema da tragédia. Privilegiarei a consideração do trágico segundo as antinomias radicais, não conciliáveis dialeticamente, como o universo da afirmação da heterogeneidade das forças que intervêm nas escolhas humanas.

Esse universo de validade de forças contraditórias coexistentes que não se anulam, afirmando-se mesmo na heterogeneidade de seus respectivos valores, deixa entrever uma afinidade com a noção de inconsciente. Aliás, a configuração da incidência da lei sobre o homem, a tensão entre a razão e a paixão, a pressão entre a imortalidade e o aniquilamento absoluto, apresentados numa conjugação de tempo que escapa à cronologia, é o que desvela a “Outra cena” posta em relevo por Freud, em lugar da lógica da consciência. Penso que essa “Outra cena” encontra no teatro trágico o vigor de sua expressão estética.

Não se trata, portanto, de situar o inconsciente como um *órganon*, e muito menos de reduzi-lo a um determinado *cânon* de funcionamento que certamente fisgaria alguma verdade. Tampouco se trata de dizer que a vida psíquica inconsciente pode ser tida como o suporte de um irracional no homem. Quando tentamos estabelecer as formalizações possíveis do sistema inconsciente, deparamo-nos com uma “razão” sobre a qual o homem não tem mestria. O apelo à formalização, à indicação das vigas estruturais que sustentam a correlação de elementos díspares indica a impossibilidade de reduzir o que se passa nesse campo à forma, à moldagem. Nesse sentido, o sujeito é mais vítima do que mestre quanto à “razão” que nele impera (Lacan, 1955–6a | 1981: 274–5). O inconsciente põe em marcha os efeitos de um saber que jamais pode ser inteiramente apreendido pela consciência, outra maneira de dizer que o inconsciente é o espaço topológico da operação de um saber que não é submisso à racionalidade *em sua relação à consciência*, mas que nem por isso deixa de ter sua lógica.

O termo *topologia* provém de uma geometria flexível que, em matemática, trata das questões da transformação contínua de fronteiras e de superfí-

cies, sem uma rígida submissão às distâncias métricas, bem como opera com arazoamentos fora de toda significação concreta. Lacan se vale da topologia a partir de 1962, em seu “O Seminário, livro 9: a identificação”, referindo-se, por exemplo, à *banda* ou *fita de Möbius* (Chemama, 1993: 284), mencionada anteriormente por Freud. Essa banda ou fita, que se fecha após ter-se efetuado nela uma meia-torção, possui uma só borda e uma só face, onde o direito reencontra o avesso. A Lacan isso serve para demonstrar a estrutura de paradoxo do modo de funcionamento do inconsciente e situar a dinâmica de sua relação com a consciência. Por conseguinte, pode-se esperar entrever igualmente uma relação entre a tragédia e a topologia no que concerne à estrutura de paradoxo que opera no pensamento psicanalítico. Penso não ser casual o fato de Lacan chegar à topologia após ter estudado bastante a tragédia durante os três Seminários consecutivos realizados de 1958 a 1961.

A questão do paradoxo que, superando a contradição, vigora no domínio da sustentação de valores heterogêneos – questão sempre verificada nas tragédias – aponta para uma dimensão bem mais complexa do que a simples indicação de um império do absurdo. Mesmo quando se apresenta na expressão radical de uma tragédia do sentido, ela tanto revela as vias precisas da intervenção sobre o homem dessa perda do sentido quanto articula seus efeitos. Jacqueline de Romilly, em *A tragédia grega*, assinala o equívoco presente na ideia de que a tragédia estaria próxima de certo espírito de nossos tempos que privilegia o absurdo. E argumenta que esse espírito, apesar de ter alguma relação com a tragédia, uma vez que põe em questão a condição humana, está fundado sobre uma amargura e um desencorajamento que não poderiam impedir a qualquer ação, em especial uma ação heroica, como se passa na tragédia (Romilly: 1970 | 1990: 174). Pode-se transpor essas observações para a cena da experiência analítica e averiguar quais seriam suas consequências. Eis a tarefa a que me dedico neste trabalho, entretanto passarei primeiro, a fim de esboçar o cenário da discussão filosófica sobre o tema da tragédia, à exposição de uma breve listagem de autores que abordaram tal assunto.

{CONTINUA...}